



Intervenção da Secretária de Estado Maria de Fátima Fonseca
Webmorning “Estratégia Cloud para a Administração Pública em Portugal”
Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações
4 Fevereiro 2021

Bom dia a todas e a todos

Começo por saudar o Senhor Secretário de Estado da Transição Digital nesta ocasião em que tratamos um dos temas que temos vindo a trabalhar em conjunto.

Saudar também todas as pessoas que integraram e integram o CTIC, Conselho para as Tecnologias da Informação e Comunicação da Administração Pública, pelo trabalho desenvolvido e que culminou no Relatório que aqui foi apresentado.

E, naturalmente, saudar e agradecer à Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações a realização deste evento, numa parceria que une sociedade civil e Administração Pública (AP) e Governo. Parceiros unidos ativamente em torno de processos transformadores da forma como as organizações da AP funcionam e se relacionam com a sociedade e os cidadãos que servem. Parceria que permite também estimular a renovação dos nossos modelos de governação e conquistar uma nova capacidade e legitimidade para a criação de valor público.



Esta manhã de troca de informação, visões e experiências permitiu evidenciar várias coisas.

Por um lado, evidenciar que o tema é complexo e não fica resolvido com apenas este excelente relatório. Na realidade, este documento explicita o tema na agenda da AP mas o trabalho continua e a caminhada será não só longa como muito desafiante. Mas agora dispomos de uma reflexão estruturada que aborda com clareza os aspetos a equacionar pelas organizações da AP para se prepararem de forma consciente para esta caminhada.

Por outro lado, também ficou aqui demonstrado que a AP não tem estado afastada “da cloud”. A utilização deste tipo de solução é atualmente já algo vulgar, até porque outra coisa não poderia ser, tão inevitável se tornou. Mas por isso mesmo, por ser algo já afirmado e com identidade, temos de lhe dar a devida atenção. E é isso que estamos a fazer, com estes primeiros passos, esta reflexão estruturada e a preparação dos passos seguintes.

Aliás, gostaria de reiterar aquilo que o meu colega já sublinhou, que este é um dos temas que o atual Governo tem na sua agenda desde o primeiro momento, e por isso aparece reconhecido quer no Plano de Ação para a Transição Digital, quer na Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020-2023, quer na Resolução do Conselho de Ministros que reconduziu o CTIC, um fórum de coordenação transversal presidido pela senhora Ministra da Modernização do Estado e



da Administração Pública que serve não só para discutir dimensões técnicas mas para promover o trabalho coordenado, com visão de conjunto e atuação alinhada com os objetivos de transformação da Administração Pública para funcionar e servir sempre melhor.

É precisamente ao CTIC que se pede que continue este trabalho e, em coordenação com o Gabinete Nacional de Segurança, enquanto Autoridade Nacional de Segurança, produza:

- a) Uma ferramenta metodológica de apoio à decisão, que permita a avaliação de opções de serviços Cloud (framework de adoção);
- b) Um modelo de avaliação, monitorização e gestão de contratos Cloud;
- c) Uma proposta de alteração de normas e procedimentos de contratação, contabilísticos ou de outra natureza, que constituam atualmente constrangimento à contratação e gestão de serviços Cloud, incluindo à celebração de acordos quadro;
- d) Modelos de peças de procedimentos concursais e cláusulas técnicas que sirvam de referência para as entidades públicas contratarem serviços Cloud;
- e) Um plano de qualificação de recursos humanos da Administração Pública que garanta a capacidade para fazer face aos novos desafios de conceção, operação, contratação e avaliação de serviços Cloud.

Porque algumas destas coisas implicarão ainda um investimento significativo desde logo de tempo e trabalho das nossas equipas, estamos



também a procurar garantir que, no âmbito do futuro Plano de Recuperação e Resiliência, que nos deverá permitir planear e executar uma profundíssima transformação digital na AP, estes temas venham a ter o necessário investimento. Um investimento que garanta a disponibilidade de recursos para investir na tecnologia mas também na capacitação das pessoas que a operam e que sobre ela decidem.

Portanto, esta manhã que nos permitiu ampliar a divulgação do trabalho realizado até agora vem também confirmar que concebemos um ponto de partida útil, que nos colocou no caminho correto para este tema. E confirmar também que estamos todos alinhados no mesmo caminho.

E assim termino, como comecei.

Assinalando que momentos como este, que contribuem para partilhar informação e gerar discussão, contribuem para desenvolver modelos de governação que, com transparência, são fundados no envolvimento da cidadania, um aspeto que nos empenhamos em afirmar com frequência porque acreditamos que o nosso caminho de construção de uma sociedade mais digital é um caminho coletivo e informado. E que este mundo híbrido em que vivemos é um mundo em que as decisões fundamentais são tomadas por humanos e não por atores não humanos.

Por isso, para termos uma sociedade digital fundada em valores e centrada nas pessoas, como destaca a Declaração de Berlim que Portugal



subscreveu, importa definir o nosso caminho com informação, capacidade de discussão e consciência das decisões por todas as partes interessadas.

É este um dos sinais que demos com a aprovação da Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da AP em torno de quatro pilares: valorizar e capacitar as pessoas, desenvolver a gestão da AP, explorar, de forma coordenada, as potencialidades da tecnologia, para servir melhor e em proximidade todas as pessoas, envolvendo-as nas decisões relevantes para o serviço público.

Porque acreditamos que decidir sobre tecnologia é uma responsabilidade de todas e de todos. Não é algo que é decidido apenas por quem desenvolve, contrata ou aplica tecnologia. É algo que deve ser decidido também por quem utiliza, e não apenas por quem tem responsabilidades institucionais de decisão. Porque esta é a forma de criarmos mais confiança no digital, confiança que não se compra nem se decreta. A transparência, a discussão, a participação são a forma de garantirmos que o digital cumpre o seu propósito de servir e desenvolver uma sociedade na qual queremos viver.

Muito obrigada.